



Os austríacos e o método: da crítica ao positivismo ao resgate da tradição clássica

The Austrians and the method: from criticism to positivism to the recall of the classical tradition

Los austriacos y el método: de la crítica al positivismo al rescate de la tradición clásica

Marcelo Lourenço Filho*

Palavras-chave:

Metodologia econômica,
Filosofia da ciência,
História do pensamento
econômico,
Escola Austríaca de
Economia.

Keywords:

Methodology of
economics,
Philosophy of science,
History of economic
thought,
Austrian School of
Economics.

Palabras clave:

Metodología de la
economía,
Filosofía de la ciencia,
Historia del pensamiento
económico,
Escuela Austríaca de
Economía.

Resumo: A ortodoxia econômica contemporânea tem uma relação dual com a metodologia: ao mesmo tempo em que não debate temas relacionados ao método, nega reconhecimento a quem não segue a sua “metodologia oficial”. Este artigo tem por objetivo enfatizar a importância dos austríacos liderarem o debate metodológico em Economia, destacando suas críticas ao positivismo e defendendo sua própria postura metodológica, que é muito próxima à tradição clássica. É tratado também da inserção do positivismo em Economia, em que são colocados os problemas epistemológicos desta análise e a crítica dos austríacos. Por fim, coloca-se uma proposta de postura metodológica para a EA com o objetivo de ampliar o diálogo com a ortodoxia e permitir uma crítica externa a ela.

Abstract: Contemporary economic orthodoxy has a dual relationship with the methodology: at the same time that it does not debate themes related to the method, it denies recognition to those who do not follow its “official methodology”. This article aims to emphasize the importance of Austrians leading the methodological debate in Economics, highlighting their criticism of positivism and defending their own methodological posture, which is very close to the classical tradition. It is also treated by the insertion of positivism in Economics, in which the epistemological problems of this analysis and the criticism of the Austrians are placed. Finally, there is a proposal of methodological posture for the austrians with the objective of expanding the dialogue with orthodoxy and allowing an external criticism of it.

Resumen: La ortodoxia económica contemporánea tiene una doble relación con la metodología: al mismo tiempo que no debate temas relacionados con el método, niega el reconocimiento a aquellos que no siguen su “metodología oficial”. Este artículo pretende enfatizar la importancia de los Austrias liderando el debate metodológico en economía, destacando su crítica al positivismo y defendiendo su propia postura metodológica, que está muy cerca de la tradición clásica. También es tratada por la inserción del positivismo en economía, en la que se colocan los problemas epistemológicos de este análisis y la crítica de los austríacos. Por último, existe una propuesta de postura metodológica para la escuela con el objetivo de expandir el diálogo con la ortodoxia y permitir una crítica externa de la misma.

DOI <https://doi.org/10.30800/mises.2019.v7.1181>

* É graduando em Ciências Econômicas na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto. Atualmente atua como pesquisador junto ao Centro de Pesquisa em Economia Regional (CEPER-FUNDACE). É membro do Conselho do Departamento de Economia e da Comissão de Graduação da FEA-RP/USP. No movimento liberal, foi diretor (2017) e presidente (2018) do Clube Caiapós, e desde março de 2019 é coordenador regional do Sudeste do Students For Liberty Brasil. E-mail: marcelo.lourenco.filho@usp.br

Introdução: a relevância do debate metodológico

A Escola Austríaca de Economia (EA) é uma das mais importantes peças da história do pensamento econômico e uma das tradições que mais contribuíram para a ciência econômica. Apesar dessa importância, atualmente, dentro das universidades, a ela é reservado pouco (ou nenhum) espaço. E quando há, é uma nota no contexto da história das ideias. A EA ficou, por assim dizer, na “arqueologia” da ciência e seus estudiosos são vistos mais como curiosos do que propriamente como profissionais comprometidos com o avanço da compreensão humana sobre os fenômenos da realidade econômica.

No que se refere às contribuições da EA à Economia, estas são inumeráveis. Boettke e Leeson (2002) listam alguma delas. Para eles, é importante recordar que os austríacos estão na gênese da economia neoclássica, dado que seu marco de início é a publicação do livro *Princípios de Economia Política*, em 1871, pelo seu pai-fundador, Carl Menger (1840-1921). O austríaco, que teve seus esforços teóricos acompanhados cronologicamente por León Walras (1834-1910) e William Stanley Jevons (1835-1882), foi responsável pela introdução da análise de utilidade marginal, que culminou na refutação da teoria do valor-trabalho, a qual atribuía aos custos de produção um critério objetivo e material, isto é, o trabalho. Essa análise mengeriana subjetiva dos custos é a base de toda a microeconomia moderna. Mais adiante, Friedrich von Wieser (1851-1926) desenvolveu as ideias de custo de oportunidade (que é, hoje, um dos primeiros conceitos ensinados a alunos de Economia) e de similitude formal entre sistemas econômicos (conceito ao qual retornarei adiante). Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), munido da teoria mengeriana do valor, trilhou o caminho da refutação da teoria da exploração marxista e introduziu os juros como fenômeno derivado da preferência temporal, e Ludwig von Mises (1881-1973) foi protagonista de uma série de debates acerca de teoria monetária, do cálculo econômico socialista e epistemologia.

Mais recentemente, a academia vem descobrindo que os austríacos, notadamente na pessoa e obra de Friedrich von Hayek (1899-1992), são pioneiros na elaboração e tratamento da chamada Economia da Complexidade, assunto que, com avanço das linguagens de programação e da tecnologia da informação, vem atraindo a atenção de muitos economistas. Ademais, Hayek foi agraciado com o Nobel da Economia em 1974, num claro reconhecimento da comunidade científica de suas grandes contribuições, notadamente nos campos da teoria dos ciclos econômicos e da interdependência dos fenômenos econômicos e sociais.

Não obstante, como já dito, a EA é, hoje, deixada à revelia nos grandes centros de estudo de Economia no mundo. De acordo com Boettke e Leeson (2002), esta posição dos austríacos é bastante variada quando olhamos diferentes pontos da história do pensamento econômico, uma vez que os pensadores desta tradição ora são considerados como expoentes da “ortodoxia” (o grupo cujas ideias ou práticas predominam) e ora estão à margem dela. Fato é que, hodiernamente, o que é apresentado pelo já reduzido número de pesquisadores da EA, em termos de produção científica, é desconsiderado pela quase totalidade dos integrantes da corrente principal. Um dos objetivos deste texto é compreender como isto acontece.

Uma tese aqui defendida é a de que grande parte da desconfiança dos demais economistas para com a EA se deve à postura metodológica desta última, da qual deriva-se todo o seu arcabouço teórico e explicativo. Ademais, ao afirmar que a postura metodológica da corrente

principal é inadequada para as ciências sociais, e que o ferramental derivado dessa postura é obsoleto (ou danoso) à ciência econômica, os austríacos são, muitas vezes, acusados de “anticientíficos” ou alcunhados de “heterodoxos”. Esta desconfiança é, por vezes, explicada pelos próprios austríacos mais pelas conclusões e prescrições da escola (que seria defensora de um “liberalismo radical”) do que à sua postura inicial sobre como o conhecimento da realidade é obtido. Colander (2009) discorda desta última visão, pois, segundo ele, a ortodoxia moderna se constitui a partir de um consenso acerca de qual é o método correto para a análise econômica, e não de quais ideias nela devem prevalecer. Trata-se este texto, portanto, de uma tentativa de analisar o problema por um caminho diferente, dando maior enfoque ao ponto de partida e não à linha de chegada, justificando-se, portanto, essa defesa da relevância do debate metodológico.

Assim sendo, o objetivo deste texto é o de, primeiramente, apresentar o problema do método nas ciências sociais e delinear as posturas metodológicas que são assumidas no campo da ciência econômica. Em seguida, teço considerações sobre os métodos clássico e austríaco, apontando a relação entre eles, para então delinear a orientação geral do programa de pesquisa austríaco. Adiante, apresento a postura positivista na economia e as críticas da EA. Por último, apresento uma proposta de como os austríacos podem se inserir no ambiente acadêmico com mais efetividade, sugerindo um “tripé metodológico”.

1. Delineando o problema do método

Em matéria de filosofia, a ontologia trata da realidade (faz-se a pergunta: o que é real? Ou mesmo: há uma realidade objetiva?) e a epistemologia trata de como é possível conhecer esta realidade (pergunta-se: como adquirir conhecimento? Ou ainda: como saber se um conhecimento é verdadeiro?). Diferentes considerações ontológicas e epistemológicas prescrevem diferentes metodologias científicas, ou seja, instrumentos considerados válidos para a obtenção de conhecimento. Em matéria de ciência, este assunto é tão fundamental que não é raro encontrarmos grandes cientistas, notadamente físicos e químicos, que eram grandes estudiosos de filosofia da ciência. No seu caso, porém, as chamadas *hard sciences* têm pouca polêmica em termos de metodologia, especialmente se comparadas com as Ciências Sociais (dentre elas, a Economia), onde os fenômenos são muito mais complexos e o debate metodológico se estende há séculos.

Em seu *A History of Economic Theory and Method*, Ekelund e Hébert (2007) exploram, para além das controvérsias teóricas da economia, uma série de disputas metodológicas na história do pensamento econômico. Logo de início, introduzem a divergência acerca do método como tendo raízes em dois filósofos pré-socráticos, Heráclito de Éfeso (540 a.C.-470 a. C.) e Zenão de Eléia (490 a.C.-430 a.C.), cujas visões acerca da realidade (ou seja, suas considerações ontológicas) seriam prescritivas de diferentes meios de depreendê-la (isto é, de diferentes métodos).

O primeiro, Heráclito, vê a realidade como sendo dinâmica, isto é, como em perpétuo estado de mudança, de fluxo (por isso, alguns atribuem a ele o início da tradição dialética na filosofia)¹.

¹ Atribui-se a Heráclito a ideia de que “homem algum pode banhar-se duas vezes no mesmo rio”, que é uma boa representação de sua visão.

Para ele, a essência do ser é a mudança em si e qualquer tentativa de obter conhecimento sobre a realidade, deve levar em consideração que esta é inconstante. Chamarei esta concepção da realidade de **modelo dinâmico**. No outro lado do debate, Zenão² defende o exato oposto: para ele, a realidade é estática, uma vez que nada que esteja em eterna mudança pode se adequar à categoria do “ser”. Mudanças seriam mera aparência. Assim, o mundo seguiria uma série de regularidades que tornariam seus fenômenos previsíveis. A esta concepção determinista da realidade darei o nome de **modelo estático**.

Apontei este debate entre Zenão e Heráclito tanto para demonstrar a longevidade do debate do método, quanto porque ele é ilustrativo dos princípios basilares que seguem as controvérsias posteriores acerca da teoria do conhecimento, notadamente no debate entre indução e dedução. O modelo dinâmico, por exemplo, pode prescrever o raciocínio indutivo: se não há regularidades no mundo, a compreensão de um fenômeno exigiria experimentos, isto é, análise de características particulares (mesmo que sejam praticamente infinitas) e estabelecimento de correlações para chegar a um conjunto de ideias próprias do fenômeno (um novo conhecimento). Neste caso, não há nenhuma lógica anterior à observação dos fatos, sendo este o método *a posteriori*. Paralelamente, o modelo estático seria dedutivo, já que, sendo a realidade repleta de regulares, nosso conhecimento seria ampliado na medida em que nos valêssemos da lógica e de abstrações, comparando os resultados obtidos com a realidade. Se os resultados seriam qualitativos ou quantitativos, este é outro debate. Este método é *a priori*.

Apesar de serem visões muito distintas da realidade, é bastante difícil encontrar quem as defenda isoladamente. E mesmo que se trate de um debate cheio de nuances, é fácil notar que tanto uma postura radical de apriorismo, que desconsidera a influência do meio e de suas peculiaridades no fenômeno, quanto um indutivismo extremo, que busca proposições universais a partir de observações particulares, são pouco defensáveis. O que distingue, no fim das contas, as diversas posições metodológicas é a ênfase e o papel que se delega à indução e à dedução no processo de investigação.

Quanto a este debate em filosofia da ciência, Popper (2013) destaca que há dois problemas fundamentais na teoria do conhecimento: o da indução e o da demarcação. O problema da indução refere-se à tentativa de construção de um conhecimento universal a partir de um conjunto limitado de experimentos. O autor, assim como já fizera David Hume (1711-1776) e outros tantos filósofos, apontou as inúmeras falhas dessa prática, que seria obsoleta e nada confiável para obtenção de novos conhecimentos. O segundo problema, o da demarcação, é mais controverso, uma vez que Popper enfrentou os chamados “positivistas lógicos”, para quem a metafísica seria apenas um conjunto de “jogos de palavras” e tudo em ciência deveria se ater àquilo que é experimentado e verificado. Os austríacos, notadamente Mises e Hayek, foram críticos contemporâneos dos positivistas, tendo travado debates acalorados no que se refere à adoção desta postura na Economia. Fato é que Popper somou a estas críticas a introdução do conceito de “falseabilidade”, que tornou obtusos os critérios de demarcação dos positivistas. Hodiernamente, esta postura metodológica é totalmente ultrapassada. Anos

² Zenão, que foi discípulo de Parmênides (530 a.C.-460 a.C.), também é bastante conhecido pelos seus paradoxos. O mais famoso é o de Aquiles e da tartaruga, em que, não considerando a passagem do tempo como discreta, o herói jamais alcançaria o animal se este partisse inicialmente à frente daquele.

mais tarde, Popper se denominaria o legítimo “assassino” do positivismo lógico. Não obstante, como veremos adiante, alguns cientistas (especialmente em Economia) seguem, ainda hoje, se inspirando neste “defunto”.

Por último, é importante destacar a natureza dos fenômenos que se pretende estudar. O estudo da trajetória temporal dos corpos na Física, é diferente do estudo das organelas celulares na Biologia, que é diferente do estudo do comportamento do consumidor em Economia. Isso tem relação estrita com o fato dos fenômenos terem graus de complexidade diferentes. A Economia trata de fenômenos infinitamente mais complexos do que a Física ou a Biologia, uma vez que sua natureza é social e o objeto de estudo é homem, suas escolhas e interações. Sendo a ação humana extremamente complexa, nas ciências sociais é impossível, ao contrário das outras ciências, fazer experimentos controlados, isolar variáveis para inferir causalidade e, até mesmo, coletar dados “puros”, ou seja, isentos de qualquer viés dado pelas expectativas, preocupações ou interesses anteriores do pesquisador³. Neste sentido, a EA, na contramão da ortodoxia contemporânea, é, a um só tempo, defensora da dualidade do método (ou seja, que o método apropriado para as ciências sociais é diferente do das ciências naturais)⁴ e de que este método seja subjetivista, já que investiga a ação de indivíduos, cujas preferências e noções de custo são subjetivas e, por isso mesmo, não são quantificáveis. Abordo a postura metodológica dos austríacos nas seções seguintes.

2. O método clássico e os austríacos

A primeira grande polêmica intelectual da qual os austríacos participaram foi a chamada Batalha do Método da Economia (*Methodenstreit der Nationalökonomie*), protagonizada por Menger e pelo maior expoente da Escola Histórica Alemã, Gustav von Schmoller (1838-1917). O caso é curioso porque já nos dá as pistas de qual é a postura metodológica da EA e de como as duas posturas do debate são enquadradas nos modelos estático e dinâmico introduzidos, no início do texto.

Menger é defensor de uma teoria econômica baseada em preceitos lógico-dedutivos, com algumas simplificações analíticas que ampliam o poder de compreensão da realidade. Uma vez que, para ele, a realidade apresentaria regularidades, isso seria sugestivo de uma análise dos problemas econômicos aplicável a diferentes localidades e contextos, isto é, com base no modelo estático. Sua ênfase era no subjetivismo e no individualismo metodológico, feito sob a defesa de que a lógica se sobrepunha à indução, uma vez que uma análise baseada em dados empíricos seria limitada e problemática. Schmoller (1883), por sua vez, era adepto do modelo dinâmico e do indutivismo. Para ele, estuda-se os fenômenos em seus respectivos contextos de espaço e tempo, levando-se em consideração as instituições e, principalmente, a ética. Não haveria, portanto, nenhuma “regularidade” aplicável a todo e qualquer contexto. O fato da teoria econômica supor, por exemplo, indivíduos autointeressados, poderia não ser aplicável a todos os contextos, mas somente no “capitalismo”. Para ele, a melhor compreensão

³ Para mais detalhes sobre este último tópico, ver Hayek (1967) e Popper (2013).

⁴ Ver Mises (1985).

dos fenômenos partiria do holismo metodológico combinado com uma análise exaustiva de fatos e dados empíricos⁵.

Neste debate, é curioso como as considerações dos dois autores sobre o funcionamento da realidade (se há ou não regularidades) influem em sua postura metodológica. Uma contribuição dos austríacos neste sentido viria através do chamado “argumento da similitude formal entre sistemas econômicos”. De acordo com Barbieri (2004), o argumento foca na tese de que todo e qualquer sistema econômico se depara com o mesmo problema alocativo⁶:

O chamado ‘argumento da similitude formal’ entre socialismo e economias de mercado consistiu na observação por parte de alguns economistas neoclássicos de que também o socialismo, como qualquer forma de organização social, se depara com o problema alocativo. Se a terra, o capital, ou um bem qualquer forem escassos, afirma o argumento, pelo menos algo análogo à renda, juros e preços deve ser levado em conta pela comunidade socialista em suas escolhas. (BARBIERI, 2004, p. 41-42)

Os autores da EA, responsáveis pela introdução desse debate, foram Wieser e Böhm-Bawerk, e seu foco era a crítica ao socialismo e ao historicismo. Importante notar que o papel dos austríacos nestes debates, referidos acima, é o da defesa da teoria econômica, o que não significa confrontar todos os preceitos da teoria clássica. Menger, enquanto expoente da Revolução Marginalista, tinha por objetivo tão somente questionar a teoria do valor-trabalho e propor a análise de utilidade marginal. Ainda hoje, os austríacos mantêm uma série de posturas herdadas dos economistas clássicos, inclusive no campo metodológico.

Dentre os clássicos, um dos economistas que mais influenciou os austríacos em termos metodológicos foi John Stuart Mill (1806-1873). No sexto livro do seu tratado de lógica, Mill (1974) vê a Economia como uma ciência imperfeita, já que é extremamente difícil observar os fatos dos quais depende um fenômeno social. Para ele, o fato de haver uma multiplicidade de circunstâncias afetando os fenômenos, os quais, por sua vez, dependem de causas que são inumeráveis e estão em constante mudança, justifica a Economia ter um método de investigação próprio, que não o das ciências naturais. Sem deixar de considerar a importância da indução, e recomendando a sua combinação com a dedução, Mill nega a possibilidade de realizar experimentos controlados em Economia. Ele era, portanto, um dualista metodológico, sendo contrário ao uso da Matemática na área, uma vez que seria impossível enumerar as causas de um fenômeno e expor como cada uma das causas interage com as demais. Por fim, Mill defende a existência de “leis de tendência”, isto é, previsões qualitativas providas pelo aparato dedutivo da ciência econômica, do tipo: “se o preço de um bem normal subir, supondo que todo o resto fique constante, a quantidade demandada por este bem será menor”.

⁵ Esta posição, porém, não é absoluta. É curioso notar como alguns adeptos do historicismo, filiados à tradição marxista, são deterministas quando apregoam, por exemplo, que o capitalismo é um sistema fadado ao colapso. Este determinismo histórico é afeito ao modelo estático.

⁶ A ênfase no chamado “problema alocativo” é fruto da economia neoclássica, sendo a definição mais conhecida do problema (alocação de recursos finitos entre infinitos fins possíveis) vem de Robbins (1932). A economia clássica focava no problema da “plutologia”, isto é, produção e distribuição de riqueza. O foco material (objetivista) da escola clássica seria substituído pela noção de utilidade (subjativista) dos neoclássicos.

Murray Rothbard (1926-1995), grande expoente da EA no século XX, é menos entusiasta da influência de Mill sobre a visão metodológica dos austríacos. Para ele, outros dois economistas clássicos, Nassau Senior (1790-1864) e John Cairnes (1823-1875), foram mais decisivos, podendo ser considerados “proto-praxiologistas”, em referência à “ciência geral da ação humana” de Mises. Rothbard (1979) aponta que esses dois economistas tinham clareza quanto aos princípios que regem a ação humana e quanto à natureza do conhecimento econômico (sem fazer concessões à indução, como Mill). Para o autor, ambos compreendiam que os instrumentos de que os economistas deveriam se valer são os experimentos mentais, isto é, a lógica:

Cairnes demonstrates that deduced economic laws are ‘tendency’, or ‘if-then’ laws, and, moreover, that they are necessarily qualitative, and cannot admit of mathematical or quantitative expression. [...] Cairnes reiterated his opposition to the growing application of the mathematical method to economics, which, in contrast to its use in the physical sciences, cannot produce new truths. (ROTHBARD, 1979, p. 50)

No que se refere à influência dos clássicos na Escola Austríaca, é importante fazer uma distinção, no contexto da Revolução Marginalista, entre Menger e os outros dois partícipes, Jevons e Walras. Se Menger era adepto do “formalismo verbal”, isto é, seguia a prática dos clássicos de exercer uma “economia literária”, sem o uso de fórmulas e equações matemáticas, os outros dois supracitados não eram da mesma praxe. De outra tradição, Jevons e Walras eram ferrenhos adeptos da formalização matemática da Economia, e, neste sentido, foi tentadora a combinação da análise **marginal** de custos e benefícios com o cálculo diferencial (a matemática das pequenas taxas de variação). Não obstante, apesar de criticarem duramente a análise materialista dos clássicos, os austríacos não romperam com a tradição metodológica daquela escola. Ao contrário: foram alguns dos únicos que se mantiveram firmes na defesa dessa postura ao longo de todo o século XX, período em que o positivismo lógico se inseriu na teoria econômica. Conforme já dito, a única ressalva feita aos clássicos foi a falta de subjetivismo.

3. A postura metodológica dos austríacos

Conforme destacado acima, em matéria de metodologia, os austríacos podem ser considerados herdeiros da tradição clássica, em que a Economia é encaminhada como uma ciência essencialmente lógico-dedutiva, abstrata, *a priori* e formalizada verbalmente. Feitas essas observações, pode-se questionar: qual é a orientação do método de investigação dos economistas austríacos? Seria a praxiologia de Mises? Há um programa de pesquisa austríaco? E como ele diverge da “corrente principal”? E por último, a Matemática é realmente um problema intransponível para a postura metodológica dos austríacos? Tratarei destas questões nesta seção.

Logo no início do artigo em que trata especificamente da praxiologia e as críticas que há sobre ela, Caldwell (1984, p. 1) destaca que “*The Austrian approach to methodology has never been monolithic*”. Dizê-lo de antemão é importante porque, pela grande obra e influência de Mises, muitos acabam tomando a sua abordagem metodológica como o único método austríaco. A praxiologia, é claro, é o método predominante entre os austríacos, mas o objetivo aqui não é

discuti-la em detalhe, e sim salientar que há uma riqueza de posições metodológicas na EA e, ainda, rascunhar uma orientação geral dessas posições.

Logo na introdução de seu *The Ultimate Foundation of Economic Science* (1962), Mises faz algumas observações sobre o termo “praxiologia”. Ele esclarece que o usa por falta de outro melhor que representasse o campo de estudo que **não é** o das ciências naturais⁷. Em seu *Human Action*, Mises (1998) apresenta em maior detalhe a sua concepção da “ciência geral da ação humana”, totalmente *a priori*. Definindo toda ação humana como racional (fruto de uma ponderação entre meios e fins, visando uma melhora situacional) e ocorrida no tempo real, Mises tinha o grande objetivo de criar um arcabouço teórico que fosse utilizado como contrapartida para toda análise nas ciências sociais.

Hodiernamente, Mises tem inúmeros seguidores e intelectuais que se valem deste arcabouço. Não obstante, destaca Caldwell (1984), existem outros excelentes trabalhos de austríacos que não são necessariamente seguidores de Mises e de sua praxiologia. Ele cita como exemplo os trabalhos de Gerald O'Driscoll e Mario Rizzo e a obra de Ludwig Lachmann (1906-1990), e até mesmo a de Hayek, que apesar de crítico do positivismo, nunca foi um “apriorista extremo”. Porém, é razoável supor que existe uma orientação metodológica que guie todos esses autores e que justifique o fato de pertencerem à mesma escola de pensamento. Qual seria essa orientação?

Barbieri (2001) tenta apresentar o que poderia se caracterizar como um “programa de pesquisa austríaco” sob a forma lakatosiana⁸. Para o autor, o núcleo do programa seria constituído dos já referidos individualismo e subjetivismo metodológicos, além da análise de processo (em vez da análise de equilíbrio neoclássica) e de complexidade (enfatizando as causas “micro” e estruturais dos fenômenos econômicos). A heurística positiva “recomendaria”, entre outras coisas, a ênfase no conhecimento imperfeito, a passagem do tempo real, as “consequências não intencionais da ação humana”, o estudo dos planos individuais etc. E, por outro lado, a heurística negativa “proibiria”, por exemplo, estabelecer “relações causais entre agregados e médias, sem fazer referência a ações humanas individuais”⁹, valer-se do instrumentalismo metodológico e do holismo metodológico etc.

Outra tentativa de apresentar a posição austríaca foi elaborada por Soto (2010), que compara os paradigmas austríaco e neoclássico. Segundo ele, os neoclássicos partiriam da teoria da decisão (benefícios *versus* custos) pelo *Homo oeconomicus*, e focariam na análise de equilíbrio, no conhecimento perfeito e na objetividade das variáveis, sempre se valendo do formalismo matemático e tendo previsão como objetivo da ciência. Por outro lado, a EA teria um foco maior sobre a ação humana propositada e dinâmica, o empreendedor criativo, os erros empresariais que ocorrem no processo (análise de “desequilíbrio”), a percepção subjetiva

⁷ No alemão, haveria o termo *Geisteswissenschaften* e no inglês, as *moral sciences*, de Mill. Mises, porém, ainda os considera imprecisos.

⁸ Imre Lakatos (1922-1974) foi um filósofo da ciência que, inspirado pelas ideias de Popper, desenvolveu a chamada “metodologia dos programas de pesquisa científica”. Um programa de pesquisa seria constituído de um núcleo duro, contendo as suas proposições centrais, e um “cinturão protetor”, contendo hipóteses passíveis de modificação. As heurísticas seriam as “regras metodológicas”, que ditariam o que pode ser feito (heurística positiva) e o que não pode ser feito (heurística negativa).

⁹ Isto seria uma das grandes explicações para as ressalvas que os austríacos têm em relação à macroeconomia.

do conhecimento, dos benefícios e custos, além do formalismo verbal e da impossibilidade de previsão econômica.

No que se refere aos modelos estático e dinâmico aqui apresentados, para enquadrar a posição austríaca, é necessário apresentar uma distinção que Mises (1985) faz entre teoria e história. Sob uma primeira visão, talvez pareça que a EA adote o modelo estático, já que se vale do argumento da similitude formal e compreende que os sistemas econômicos estão sujeitos ao mesmo problema alocativo. Disso, derivam-se princípios amplamente aplicáveis. Não obstante, este é apenas o domínio da natureza. Há também, ressalta Mises, a esfera humana:

Epistemologically the distinctive mark of what we call nature is to be seen in the ascertainable and inevitable regularity in the concatenation and sequence of phenomena. On the other hand the distinctive mark of what we call the human sphere or history or, better, the realm of human action is the absence of such a universally prevailing regularity. (MISES, 1985, p. 4)

O autor, portanto, faz a distinção entre o que é teoria e o que é história (ou seja, os dados empíricos). O domínio da natureza possui uma série de regularidades (se enquadra no modelo estático), sendo, sobre ele, possível formar teorias com algum grau de determinismo. Por outro lado, dado o subjetivismo e o individualismo metodológico da análise austríaca, a ação humana seria imprevisível. Tudo que se produziu pela ação humana no passado seria história, e com base nela não é possível fazer previsões sobre o futuro. Esta última constatação, que está de acordo com o modelo dinâmico, é bastante presente na teoria austríaca do processo mercado, por exemplo, que o vê como fruto da ação empreendedora e criativa dos agentes, sob conhecimento limitado e em localidades e pontos específicos do tempo, em busca de novos meios e fins (SOTO, 2010). Não obstante, como já deve estar claro, para os austríacos, esta compreensão do aspecto dinâmico do fenômeno não é prescritiva de indução.

É desta constatação quanto às irregularidades no domínio da história que parte a crítica dos austríacos à introdução do positivismo lógico na economia. O positivismo tem como objetivo primeiro a “unidade da ciência”, isto é, a aplicação dos mesmos critérios de obtenção e validação do conhecimento todas as áreas de estudo. Ciência seria simplesmente mensuração, isto é, análise e tratamento de dados. Se não há mensuração, não há ciência. Uma escola como a EA, que tem o subjetivismo e a análise de complexidade como pilares, está fora deste critério de cientificidade. Em seu último tratado metodológico, Mises reagiu a este movimento crescente:

Deluded by the idea that the sciences of human action must ape the technique of the natural sciences, hosts of authors are intent upon a quantification of economics. [...] They try to compute the arithmetical relations among various of these data and thus to determine what they call, by analogy with the natural sciences, correlations and functions. They fail to realize that in the field of human action statistics is always history and that the alleged “correlations” and “functions” do not describe anything else than what happened at a definite instant of time in a definite geographical area as the outcome of the actions of a definite number of people. (MISES, 1962, p. 63)

Trato especificamente do positivismo em economia (ou do “cientismo”, como chamava Hayek) na próxima seção, mas pode-se demarcar, de antemão, que a posição metodológica dos austríacos é antipositivista. Em favor de sua posição, os austríacos mantêm-se como defensores

do formalismo verbal e de análises qualitativas da realidade econômica, compreendendo-a como um interminável processo de evolução e de aprendizado.

No que se refere à introdução da matemática na Economia, já aponte que a postura herdada pelos austríacos dos clássicos é a de rejeitar o seu uso. Não obstante, é preciso olhar estas mudanças na ciência com cautela, uma vez que a Matemática não é um instrumento, um método ou uma ciência em si: é uma linguagem. Uma postura metodológica não pode negar, *a priori*, o uso de uma linguagem. Em verdade, o uso da Matemática na economia pode ser bastante frutífero quando direcionado para tornar mais clara e sintética a exposição de uma ideia ou de um conceito. Modelos simplificados podem ser úteis para compreender a realidade. Não obstante, os autores austríacos em geral fazem a isto duas grandes ressalvas.

A primeira é em relação à quantificação de variáveis. Como destaca McCloskey (2000, p. 9), *“Mathematics is not identical to counting or statistics. [...] odd as it sounds, most of mathematics has nothing to do with actual numbers”*. Quando um professor de microeconomia mostra a seus alunos uma função da quantidade demandada de um bem normal em função do preço, seja $Q(P) = a - bP$, com $a > 0$ e $b > 0$, e em seguida mostra que a derivada dessa função em relação ao preço é negativa, ou seja, que $dQ(P)/dP = -b < 0$, ele está simplesmente transmitindo, sob a expressão matemática, algo já dito acima: supondo tudo mais constante, se o preço de um bem normal subir, a quantidade demandada irá cair - ou ainda, que a curva de demanda por um bem normal é negativamente inclinada. Valer-se de um expediente como este não rompe com nenhum preceito metodológico clássico/austríaco, uma vez que não se está buscando um novo conhecimento através da Matemática, mas sim apenas representando algo já conhecido sob uma roupagem diferente. A oposição dos austríacos se coloca quando os economistas partem para a **quantificação** dessas variáveis, isto é, quando se colocam a tarefa de tentar saber quais são os valores reais desses parâmetros **a** e **b**. Conforme dito, os austríacos concebem os fenômenos sociais como complexos e os mercados como um processo infundável, de modo que, mesmo que fosse possível conhecer estes parâmetros num dado momento, eles estariam obsoletos no momento seguinte.

A segunda ressalva é correlata à primeira e diz respeito ao que os economistas pretendem ao quantificar essas variáveis. Se todo modelo é uma simplificação, e esta é a sua maior virtude, por que dar uma contrapartida da realidade (que é complexa e dinâmica), por meio da quantificação, a modelos que foram criados propositalmente como abstrações? Isso se relaciona muito com a transformação pela qual passou a profissão de economista nos últimos séculos, de que trato na seção seguinte, porém, cabe aqui ressaltar que ao “tomar conhecimento” da estimação dos parâmetros de interesse, os economistas passam a considerar seriamente como “melhorar” a realidade, o que é muito comum em áreas como a teoria da regulação, gestão de políticas públicas e macroeconomia. A oposição dos austríacos vem no sentido de questionar a capacidade dessas estimações de representar a realidade, bem como para se opor a essas intervenções no domínio econômico. Em suma, o grande problema dos austríacos não é com o uso da Matemática pura, mas sim com a introdução da estatística na economia, o que culminou na chamada **econometria**.

4. A Economia e o positivismo

Feitas as considerações acima acerca da postura metodológica dos austríacos, é preciso considerar que ela colide frontalmente com a postura do *mainstream* econômico, cuja orientação é essencialmente positivista. Nesta seção, busco demonstrar o processo de transição da posição clássica (seguida pelos austríacos) para a posição atual da ortodoxia neoclássica. Em seguida, analiso a metodologia predominante hoje, como ela se insere na história das ideias e qual é a crítica dos austríacos. Por fim, trato da distinção da natureza dos conhecimentos prático e teórico.

Antes de mais nada, é preciso que se diga: o positivismo é um movimento que nasce com uma preocupação justa. Seus propositores e entusiastas iniciais, notadamente membros do chamado Círculo de Viena, eram preocupados com o excesso de metafísica e com confusões linguísticas que não contribuíam em nada para o avanço da ciência e para o esclarecimento de problemas reais. Assim sendo, buscaram sintetizar a linguagem (notadamente pela lógica e pela Matemática), de forma a trazer clareza às investigações, e instituíram um critério para estipular o que era considerado verdadeiro ou não: a verificação. E claro: o método científico seria único, de modo que todo e qualquer conhecimento deveria passar por estes crivos. Inicialmente, estas proposições dos positivistas parecem bastante lógicas e justas, mas se mostraram impraticáveis¹⁰ e, conforme dito acima, o movimento declinou, especialmente após as críticas de Popper.

A introdução do positivismo na Ciência Econômica não se deu logo após a Revolução Marginalista. Houve um período, mais ou menos entre 1871 e 1940, em que a Economia passou por um período de vigência do uso da Matemática desprovida de qualquer dado numérico, ou seja, sem **quantificação**. Um dos expoentes desse período foi Francis Edgeworth (1845-1926), cuja contribuição à teoria econômica é vasta e que defendeu o uso dessa “matemática sem números” num ensaio chamado *Mathematical Psychis: An essay on the application of mathematics to the moral sciences* (1881). Hayek, em seu *Theory of Complex Phenomena*, exprime anuência quanto a este tipo de procedimento ao afirmar, em relação às teorias que lidam com fenômenos complexos (tal qual a economia):

Such a theory destined to remain ‘algebraic’, because we are in fact unable to substitute particular values for the variables, ceases then to be a mere tool and becomes the final result of our theoretical efforts. Such a theory will, of course, in Popper’s terms, be one of small empirical content, because it enables us to predict or explain only certain general features of a situation which may be compatible with a great many particular circumstances. (HAYEK, 1967, p. 28-29)

Com isso, é possível afirmar que, mesmo após a Revolução Marginalista, os austríacos eram vistos como parte da ortodoxia, uma vez que não havia nenhum entrave metodológico entre os dois grupos. A EA, é claro, optava pelo formalismo verbal, mas isto não conflitava em nada do que era feito ou estudado na época pelas demais grandes escolas de economia. Ekelund e Hébert (2007), por exemplo, chegam a se perguntar se havia realmente alguma

¹⁰ Basta pensar nos problemas do verificacionismo, que recai em problemas teóricos (como o da indução) e práticos, como a necessidade de abstrações mesmo em ciências naturais, como a física ou a química.

diferença entre austríacos e marshallianos. E o próprio Mises, referindo-se diretamente às escolas de Laussane (de Walras) e Anglo-Americana (mais influenciada por Marshall), que, bem sabemos, eram adeptas da Matemática, diz:

Within modern subjectivist economics it has become customary to distinguish several schools. We usually speak of the Austrian and the Anglo-American Schools and the School of Lausanne. [...] these three schools of thought differ only in their mode of expressing the same fundamental idea and that they are divided more by their terminology and by peculiarities of presentation than by the substance of their teachings. ([MISES, 1981](#), p. 228)

A Matemática, portanto, sempre esteve de acordo com o que era feito em matéria de ciência econômica, tratando-se apenas da introdução de uma nova linguagem. Conforme McCloskey ([2000](#), p. 11): “*Economics since its beginning has been very often ‘mathematical’ in this sense of being interested in Why/Whether arguments without regard to How Much.*” Isto é, o grande salto da Economia se deu quando os economistas pararam de se interessar por perguntas do tipo “Por que/Se” e passaram a se perguntar “Quanto”. E é justamente neste ponto em que os austríacos se afastaram do *mainstream*: quando a maioria dos economistas decide focar suas análises na quantificação das variáveis, o que exige deles o abandono da tradição clássica em nome da adoção do método das ciências naturais na economia¹¹.

O positivismo decididamente entra para a prática da ciência econômica com a publicação de dois trabalhos em específico: o livro *Foundations of Economic Analysis*, de Paul Samuelson, em 1947, e o ensaio *Methodology of Positive Economics*, de Milton Friedman, em 1953¹². Desde então, a economia vem se preocupando com o uso de modelos simplificados que são tão mais eficazes quanto maior for o seu poder preditivo. Ademais, eles podem ser usados para fazer inferência causal, e a validade ou não deste conhecimento é determinada por testes de hipóteses realizados considerando-se níveis de significância arbitrários¹³.

Neste sentido, à economia já não teria mais sentido tratar apenas de expressões algébricas, isto é, de equações abstratas. Doravante, seria necessário dar valores concretos às variáveis, isto é, **contrapartidas reais**. E como é que se faz isso? A partir da chamada **econometria**. Tintner ([1953](#)) define econometria como toda investigação que una, a um só tempo, teoria econômica, Matemática e estatística. Desde então, o jargão da “evidência empírica” acompanha toda e qualquer argumentação de economistas ortodoxos, cuja atividade é, em grande parte, a de lidar com volumes colossais de dados, que exigem técnicas (normalmente computacionais) cada vez mais sofisticadas. O avanço do instrumentalismo na economia foi tão grande que o perfil de pessoas interessadas (e formadas) pela área vem mudando radicalmente de um perfil

¹¹ É possível ver essa história sob outra perspectiva. Boettke e Leeson ([2002](#)) consideram que o ponto decisivo para o abandono da EA da ortodoxia foi o chamado “debate do cálculo econômico socialista”, quando principalmente Mises e Hayek perceberam que os modelos econômicos estavam sendo usados sob o pretexto de justificar a exequibilidade do planejamento central e a substituição dos mercados. Para mais detalhes sobre a história do debate, ver Barbieri ([2004](#)).

¹² Como se sabe, Marshall era adepto do uso da matemática, porém, dizia ele que em textos de Economia ela deveria permanecer nas notas de rodapé. Após Friedman, porém, essa realidade se inverteu. Como disse Boettke ([1996](#), p. 3): “[...] by the time Milton Friedman published his provisional text in price theory, the footnotes in Marshall had become the text and the text in Marshall had become the footnotes, so to speak”.

¹³ Para uma visão crítica do uso da significância estatística, ver McCloskey e Ziliak ([2008](#)).

intelectual para outro mais técnico¹⁴. Isto porque a teoria econômica, ao mudar radicalmente seu *modus operandi* nos últimos 80 anos, passou de uma mera área do conhecimento para um pretenso conjunto de ferramentas úteis para “melhorar” a realidade econômica.

Notar que isso vem acontecendo somente nos últimos 80 anos é importante. Em se tratando de uma área de estudo secular como a Economia, a introdução do positivismo é recente, e por isso McCloskey (1983) chama essa nova “metodologia oficial” dos economistas de **modernismo**¹⁵. A autora cita onze preceitos (quase “mandamentos”) do modernismo, entre os quais estão a predição como objetivo da ciência, a teoria se importar apenas com o que é observável e a ideia de que subjetivismo e introspecção não têm nada a ver com ciência.

A posição dos austríacos com a econometria, como é possível imaginar, não é exatamente amistosa. Mises (1962) chega a chamar este método de investigação de uma “brincadeira de criança”. Diz ele: “*As a method of economic analysis econometrics is a childish play with figures that does not contribute anything to the elucidation of the problems of economic reality*” (MISES, 1962, p. 63) A crítica também vem de outras escolas. Galbraith (1971), que é um economista keynesiano, destaca que essa preocupação com um suposto **rigor** empírico dos economistas vem tomando o lugar de sua preocupação com aquilo que é, de fato, **relevante**. Sendo a ferramenta (no caso, a econometria) cada vez mais difundida, os economistas ficam subordinados a estudar somente aquilo que é passível de tratamento pela ferramenta - tudo mais fica de fora por uma impossibilidade técnica.

Em relação à sua concepção da realidade, os economistas positivistas se enquadram no modelo dinâmico ou estático? Esta é uma questão interessante, uma vez que a econometria, por exemplo, é uma eterna busca por modelos deterministas e, ao acreditar em regularidades, aderem à formulação estática. Mas um desafio que se lhes impõe é o dos limites da aplicação destes modelos. Se um experimento empírico randômico controlado aponta para um certo resultado, até que ponto este resultado é, segundo a filosofia positivista, extensível a outras localidades e a pontos diferentes do tempo? A não aplicabilidade universal corrobora o argumento austríaco de que os dados têm a ver com história, e não com teoria. E a aplicabilidade universal não encontra nenhum respaldo de justificação em filosofia da ciência.

Convém ainda observar a curiosa relação do positivismo com a teoria econômica. Ora, esta última tem um núcleo duro todo axiomático e deduzido logicamente. Neste sentido, como se justifica a posição positivista, segundo a qual tudo que pode ser dito deve estar corroborado pela “evidência empírica”? Estariam estes princípios basilares, puramente lógicos, sujeitos à refutação pelos dados? Neste caso, é razoável acreditar que o pesquisador, ao se deparar com um caso em que a evidência e a lógica se contradizem, ele optará pela segunda. Isto nos remete à ideia de McCloskey (1983) de que os economistas sequer seguem as leis de investigação que eles próprios prescrevem. Na verdade, usam aquilo que lhes é mais conveniente.

Como dito acima, a submissão do economista à técnica vem mudando o perfil de quem trabalha com a área. Por isso, uma proposta de metodologia como a os austríacos, que resgata o

¹⁴ Para uma discussão interessante sobre o que seria um “bom” economista, ver McCloskey (1995).

¹⁵ É importante destacar que alguns economistas já haviam tentado (sem sucesso) criar esse movimento de quantificação da teoria econômica. Considerado “pai” da econometria, William Petty (1623-1687) tentou, em pleno século XVII, desenvolver o que chamou de “aritmética política”.

papel da lógica e do subjetivismo na análise dos processos econômicos parece, hoje, tão absurda. Previsões de padrão não são em nada suficientes ao que hoje os economistas se comprometem a oferecer. Se antes os economistas eram pensadores e portadores de conhecimento abstrato, hoje se demanda deles respostas concretas e previsões quantitativas sobre os fenômenos. Não basta um economista austríaco dizer que uma expansão de crédito pelo Banco Central levará a uma descoordenação dos planos empresariais, o que resultará numa crise para que os planos sejam corrigidos. Seria necessário um modelo determinista para dizer, por exemplo, quando a crise ocorrerá, de qual magnitude será a recessão, seu impacto nos agregados macroeconômicos e a sua duração. E estas perguntas somente a econometria pretende responder.

Por isso, é necessário, antes de mais nada, reavaliar qual é o papel da ciência na sociedade. Ademais, mais importante ainda seria distinguir a natureza do conhecimento dos agentes na sociedade: como destaca Hayek em seu *The Use of Knowledge in Society* (1945), o cientista social depreende os fenômenos de forma abstrata e mais geral, enquanto que os agentes privados da economia têm um conhecimento concreto e específico da sua própria realidade. Essa lógica é demolida quando se coloca o economista como um agente transformador da realidade econômica, que se vale de instrumentos derivados do conhecimento prático (ou do que os dados conseguiram captar da realidade).

5. O papel dos austríacos hoje

A posição dos austríacos perante a comunidade acadêmica não é muito alentadora atualmente. O objetivo principal até aqui foi o de demonstrar que a adoção do positivismo lógico pelos economistas impôs à área critérios de cientificidade nos quais os austríacos não conseguem se enquadrar. Por isso, se procede a ideia de Colander (2009) que aponte logo no início, de que a ortodoxia se constitui a partir de um consenso sobre qual é o método adequado para a economia, os austríacos, se quiserem ter alguma chance de se inserir na academia, terão que unir seus esforços para debater, cada vez mais, questões metodológicas - inclusive as limitações de sua própria linha de investigação.

O ponto de partida já é favorável, dado que quase ninguém do *mainstream* se preocupa em estudar filosofia da ciência ou teoria do conhecimento. Sua preocupação se dirige, cada vez mais, a dominar os mais ambiciosos instrumentos disponíveis (como *softwares* econométricos). Ou seja, é um programa de pesquisa que se volta exclusivamente para si. Neste sentido, os austríacos estão mais qualificados para o debate. Ademais, há outros fatores favoráveis. Em termos filosóficos, o positivismo está morto desde Popper, restando apenas demonstrar que o conhecimento que ele provê é obsoleto. Em termos práticos, vê-se que *mainstream* apresenta alguns sinais de crise, notadamente na macroeconomia após a crise de 2008 e os consequentes experimentos monetários exóticos pelos quais o mundo vem passando. Em suma: existe espaço para os austríacos no debate, e este só poderá se desenvolver com solidez se tiver um bom embasamento acadêmico. Por alguma razão, não temos feito isso com competência: Boettke (1996) aponta que os austríacos falham tanto em fazer uma crítica de fora da ortodoxia quanto em dialogar com ela nos pontos que são sabidamente comuns.

Assim sendo, para finalizar esta exposição, introduzo aqui uma proposta do que considero uma postura adequada dos austríacos em relação ao método da Economia, indo em direção a

um avanço de seu programa de pesquisa. Esta proposta constitui-se de um “tripé metodológico”, cujos constituintes detalho abaixo:

i) **A crítica acadêmica ao positivismo:** o positivismo é orientação fundamental do *mainstream* econômico. Criticá-lo com seriedade é fundamental para que a EA ganhe espaço e relevância dos grandes centros do mundo. Quando proponho a crítica “acadêmica”, refiro-me a uma crítica lúcida, que leve as teorias e modelos neoclássicos a sério e não caia em espantalhos, como é praxe da heterodoxia radical. Quando alguns heterodoxos se valem de críticas vazias, como “os pressupostos dos modelos são irreais!”, ou “eles são muito simplificados!”, sua contribuição é nula e só reforça os argumentos da ortodoxia. É possível criticar os modelos quando usados como representações factuais da realidade, ou ainda criticar o fato deles considerarem que o objetivo da ciência é fazer previsões e que se valem de critérios defasados de cientificidade. Em assuntos “macro”, os austríacos têm excelentes críticas quanto aos problemas da agregação, aos efeitos das políticas fiscal e monetária nos ciclos de negócios, quanto à (não) neutralidade da moeda etc. Em suma, há espaço para a crítica da escola neoclássica, mas para criticá-la com eficácia é necessário, antes, conhecê-la.

ii) **O resgate da tradição metodológica clássica/lógico-dedutiva:** destaquei em uma das seções deste texto o fato de que os austríacos seguiram com a tradição metodológica dos clássicos, como Mill, Cairnes e Senior, sendo que a única diferença é a introdução do elemento subjetivista à análise, que já compreendia anteriormente o caráter lógico-dedutivo da ciência e o aspecto de complexidade dos fenômenos. Uma grande missão dos austríacos, neste sentido, é a de recuperar a relevância dos clássicos na ciência econômica, assim como sua compreensão quanto à natureza dos fenômenos econômicos, enfatizando que a EA é quem deu continuidade a esta tradição. E só seremos bem sucedidos nesta empreitada se formos capazes de apresentar com clareza como este método de análise pode ensejar a construção de teorias que nos ajudem a compreender (melhor!) os problemas econômicos atuais.

iii) **A defesa do pluralismo:** esta talvez seja a ideia mais importante. Se os austríacos não têm espaço na academia, isto se deve ao fato de grande parte dos economistas terem se fechado na convicção de que seu método de análise é o único adequado. Trata-se de uma postura dogmática. Ora, se os austríacos pretendem que os demais aceitem o seu modo de fazer ciência, é mister que eles também o façam, ou seja, que compreendam que é natural, ou ainda, que é desejável a existência da divergência no ambiente acadêmico, pois ela provê a crítica, que por sua vez corrige erros e nos aproxima da verdade - exatamente como defende Popper. Salientar o pluralismo metodológico não é despropositado no contexto da EA, uma vez que existem adeptos de algumas correntes, notadamente alguns “aprioristas extremos”, que são igualmente dogmáticos e não concebem outros modos de se investigar a realidade que não seja o seu próprio. A proposta do pluralismo vem no sentido daquilo que defende Caldwell em seu *Beyond Positivism* (1982). Para ele, o pluralismo teria três vantagens principais: a promoção da novidade, o estímulo da crítica não-dogmática e a promoção do diálogo entre diferentes programas de pesquisa¹⁶. Todos estes pontos mencionados ampliariam consideravelmente o escopo de atuação e a inserção da EA na ciência econômica. Assim, portanto, é razoável que

¹⁶ Para mais detalhes, ver Bianchi (1992).

os austríacos passem a ser maiores entusiastas do pluralismo metodológico, e não apenas de sua própria metodologia.

Em suma, austríacos devem ir em direção a um programa de pesquisa progressivo, não cedendo às peculiaridades do positivismo, mas também não se isolando e caindo na irrelevância do dogmatismo ou do sectarismo. Não se trata de impor uma postura metodológica austríaca, nem de se contentar em fazer contribuições marginais à teoria econômica, mas sim de fazer uma defesa lúcida dos princípios que guiam a EA há séculos, cientes da necessidade do diálogo, da crítica e da abertura a novas ideias para um efetivo avanço da ciência. Infelizmente, no Brasil, uma histórica heterodoxia keynesiana fez surgir uma simétrica ortodoxia dogmática, e neste contexto, os austríacos, por sua própria tradição metodológica, precisam ser pioneiros (e não meros partícipes) de um movimento pelo pluralismo acadêmico. Trata-se de uma grande oportunidade.

Conclusão

Este texto procurou demonstrar a importância do debate metodológico, em especial porque parto da ideia de que boa parte dos problemas relacionados à inserção da EA na comunidade acadêmica advém do fato de que sua postura metodológica é diferente da “metodologia oficial” da ortodoxia. Inicialmente, apresentei as concepções dinâmica e estática da realidade, demonstrando, ao longo do texto, como elas são adotadas, em diferentes modos e níveis, por austríacos, historicistas e positivistas. Adiante, delineamos qual seria a postura metodológica da EA, enfatizando que esta é, basicamente, a mesma dos clássicos, acrescida de subjetivismo, e que não há, *a priori*, nenhum problema epistemológico envolvido no uso da Matemática enquanto linguagem. Em seguida, trato de como o positivismo se inseriu na economia e como isso representou a debacle do programa de pesquisa austríaco perante o *mainstream*. Por fim, proponho uma postura metodológica que tem por objetivo a permitir à EA tanto criticar a ortodoxia no que há de divergente quanto com ela dialogar nos diversos pontos comuns. Esta proposta vai ao encontro da ideia do pluralismo metodológico do professor Bruce Caldwell e consistiria em um tripé: a crítica do positivismo, o resgate da tradição metodológica clássica e a defesa do pluralismo.

Referências

- BARBIERI, F. **O processo de mercado na Escola Austríaca Moderna**. Dissertação (Mestrado em Economia) - FEA/USP. São Paulo, 2001.
- BARBIERI, F. **História do debate do cálculo econômico socialista**. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP. São Paulo, 2004.
- BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2 (46), 1992.
- BOETTKE, P. J. **What is Wrong with Neoclassical Economics** (and What is Still Wrong with Austrian Economics). Beyond Neoclassical Economics. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 1996.

BOETTKE, P. J; LEESON, P. T. **The Austrian School of Economics: 1950-2000.** The Blackwell Companion To History Of Economic Thought. Oxford: Basil Blackwell Publishers, 2002.

CALDWELL, B. J. **Beyond Positivism:** economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CALDWELL, B. J. Praxeology and its critics: an appraisal. **History of Political Economy**, Duke University Press, v.16, n. 3, 1984.

COLANDER, D. **What is so Austrian about Austrian Economics?.** Middlebury College Working Paper, Middlebury College, Department of Economics, 2009.

EDGEWORTH, F. Y. **Mathematical Psychis:** An essay on the application of mathematics to the moral sciences. Londres: C. Kegan & Co, 1881.

EKELUND, R. Jr.; HÉBERT, R. **A History of Economic Theory and Method.** Long Grove, 2007.

GALBRAITH, J. K. **Economics, peace and laughter.** New York: New American Library, 1971.

HAYEK, F. A. The Use of Knowledge in Society. **American Economic Review**, v. 35, n. 4, 1945.

HAYEK, F. A. **The Theory of Complex Phenomena.** Studies in Philosophy, Politics and Economics. Londres: Routledge, 1967.

MCCLOSKEY, D. N. He's Smart. And He's a Nice Guy Too. **Eastern Economic Journal**, v. 21, n. 1 (Winter), 1985.

MCCLOSKEY, D. N. The Rhetoric of Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 21, n. 2, 1983.

MCCLOSKEY, D. N. **The Secret Sins of Economics.** Chicago: Prickly Paradigm Press, 2000.

MCCLOSKEY, D. N.; ZILIAK, S. T. **The cult of statistical significance:** How the standard error costs us jobs, justice, and lives. University of Michigan Press, 2008.

MILL, J. S. **The Collected Works of John Stuart Mill**, Volume - A System of Logic Ratiocinative and Inductive, ed. John M. Robson. Toronto: University of Toronto Press, Londres: Routledge and Kegan Paul, 1974.

MISES, L. **The ultimate foundation of economic science:** an essay on method. Nova Iorque: D. Van Nostrand Company, Inc., 1962.

MISES, L. **Epistemological Problems in Economics.** New York: New York University Press, 1981.

MISES, L. **Theory and History:** An Interpretation of Social and Economic Evolution. Auburn: The Ludwig von Mises Institute, 1985.

MISES, L. **Human Action:** a treatise on economics. Auburn: The Ludwig von Mises Institute, 1998.

POPPER, K. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ROBBINS, L. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science.** Londres: Macmillan & Co, 1932.

ROTHBARD, M. N. **Individualism and the Philosophy of The Social Sciences.** São Francisco: Cato Institute, 1979.

SCHMOLLER, Gustav. **Zur Methodologie der Staats-und Sozialwissenschaften.** Schmollers Jahrbuch, v. 7, n. 3, 1883.

SOTO, J. H. **A Escola Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

TINTER, G. The definition of econometrics. **Econometrica**, v. 21, n. 1, 1953.

Agradecimentos. Agradeço aos meus amigos e colegas de FEA-RP/USP, João Fernando Rossi Mazzoni, Vinicius Godoy Princiotti, Matheus Lima e Sergio Eduardo Motta pela leitura da versão preliminar do artigo, assim como por seus valiosos comentários, sugestões e correções. Os erros, naturalmente, são de minha responsabilidade.

RECEBIDO EM: 09/04/2019

APROVADO EM: 24/04/2019